

AS MALUQUICES DO IMPERADOR

Paulo Setúbal

APRESENTAÇÃO

Devo à gentileza vencedora de Júlio de Mesquita Filho a honra de haver ingressado nas colunas do "O Estado de São Paulo". Colaborei durante meses na grande folha. Colaborei, com orgulho, no jornal-padrão, legítima vaidade da imprensa brasileira.

Dessa colaboração, nasceu este livro. Botei-lhe o nome, um tanto beliscante, de Maluquices do Imperador. Dentro dele, diga-se a verdade, nem tudo são maluquices. Há muitas páginas inocentes. Mas, isso não estorvou o batismo: as inocentes que paguem pelas pecadoras! Que fazer? É a lei da nossa injustiça eterna...

Críticos de trabalhos meus anteriores, notadamente o Sr. Aggripino Grieco, censuram-me o colocar, no fim das páginas, a citação das passagens onde apanhei a anedota ou o fato curioso. Acham que isto afeta o texto. É "mostrar os andaimes do edifício". Não fiz desta vez, citação alguma. Mas, é bom que o leitor saiba, desde agora, não haver eu inventado a substância de nenhuma das histórias que aí vão. Catei-as em vários autores. Uns já embolorados, outros de uso corrente. Serviram-me de fontes, entre muitos outros:

Melo Moraes, pai, ("Crônica geral", "História das Constituições", "Brasil-Histórico") H. Raffard ("Pessoas e Coisas do Brasil") A. Augusto de Aguiar ("Vida do Marquês de Barbacena") Francisco Gomes da Silva, ("Memórias Oferecidas a Nação Brasileira"), Vasconcellos Drummond ("Memórias"), D. Vieira ("Memórias Históricas"), A. Rangel, ("Textos e Contextos"), Alberto Pimentel ("A Corte de D. Pedro IV"), Loureiro ("Cartas do Brasil"), etc.

São Paulo, 926

PAULO SETÚBAL

BRASIL-REINO

7 de março de 1808. A nau *Príncipe Real*, com a flâmula azul branca panejando ao vento, entra galhardamente pela barra a dentro. Todos os tripulantes, sacudidos por áspero bombardeio de surpresas, derramam olhos escancarados sobre o panorama embebedante, único:

- Que lindo! que lindo!

No ar que faisca, debaixo dum céu entontecedor, azul de Sèvres, o sol escachoa avanhandavas de ouro. E sob a luz fúlgida, dentro da sua virgindade selvagem, recorta-se em coloridos fortes a paisagem - maravilha, Águas e morros! Tudo pródigo, tropical, cheirando a terra moça, ineditamente belo. Como pássaros verdes, papagaios enormes pousados à tona d'água, surge das espumas um bando arrepiado de ilhas. Que pitoresco! E toda gente, na amurada, a apontar com o dedo:

- É a "Rasa"!!

- A "Comprida!"

- A "Redonda"!

- Os "Dois Irmãos"!

- As "Palmas"!!

Ao longe, magnífico bugre americano, lá está o Gigante de Pedra, estendido no chão, tatuado, brônzeo, com a sua empolgante monstruosidade rústica. Além, encoscorado e bravo, caboclamemente brasileiro, o Corcovado pintalga-se de mataria brava, a paulama enroscada no cipoal, os nhacatirões gritando pelo carnavalesco das flores. Acolá, esbeltíssimo, núncio da Terra Nova, o Pão de Açúcar arremessa nas nuvens, arrogantemente, o seu pico de pedra, que fura o céu.

E o *Príncipe Real*, enfeitado de bandeirolas e de galhardetes, rasga com bizzarria a ondada mole.

As fortalezas da terra, avistando-o, içam as cores portuguesas. E sob o cascatear do sol, na alegria olímpica da manhã, estruge de súbito uma atroada frenética. É a salva real que estronda, cento e um tiros pipocando, sinos a carrilhonarem, roqueiras, estrépito de rojões, zabumbas, charangas, fogos de artifício que riscam o ar.

De todos os lados, às dezenas, já os escaleres engaiotam as águas crespas da baía. Remam com fúria, rumo da nau que entra. Um deles, leve barquito com grandes embandeirados, alcança-o logo. Chega-se ao casco. Tomba-lhe da amurada a escadinha de bordo. Sôfrego, os olhos chispando, sobe por ela um passageiro. É José Caetano de Lima. É o primeiro carioca que se embarafusta pela nau. Os tripulantes abrem alas. E o feliz morador do Rio de Janeiro, ao passar, corre uns olhos atordoados pelo bando suntuoso.

Quanta gente luzida! São todos fidalgos do mais velho sangue. As damas, em grande decote, os cabelos encaracolados, chapéus de plumas berrantes, faiscam de sedas e de pedrarias. Os cavalheiros, hirtos, espartilhados, as casacas azuis de riço claro, trazem o peito estrelado de crachás. Apenas, com um destoar chocante, vêm dum beliche gritos estranhos, gritos roucos de mulher presa:

- Não me matem! Não me matem!

O embarcadiço continua varando a ponte. Em meio da turba, por entre a mescla rutilante de fidalgos e fidalgas, destaca-se um casal muito grave, muito protocolar, de que os demais circunstantes se distanciam com respeito. Ele é gordo, muito rechonchudo, bochechas estufadas, olhos parados, de suíças. Ela é áspera, feições de homem, bigodes no lábio, pêlos no rosto, pêlos na mão, pêlos por toda parte. Ele, o molengo é D. João VI; ela, a cabeluda, é D. Carlota Joaquina. São os regentes de Portugal.

José Caetano de Lima precipita-se para os dois. Tomba-lhes aos pés. Beija-lhes as mãos vitoriosamente: é o primeiro fluminense que, tonto de gozo, tem a ventura de prestar vassalagem aos fujões reais!! Do beliche soturno, porém, ecoa subitamente a estranha voz:

- Não me matem!

É D. Maria, a louca. É a rainha de Portugal que chega aos berros, encarcerada, enfunebrecendo a nau:

- Não me matem! Não me matem!

Assim, naquele dia gloriosamente radioso, por entre ribombos formidáveis, com espavento e gala, aportava ao Brasil, escorraçada por Napoleão Bonaparte, a família Real Portuguesa.

* * *

Napoleão Bonaparte e o embaixador de Espanha, trancados no salão nobre de

Fontainebleau, assinam um tratado secreto. O Imperador está irritadíssimo. Ferreteado por aquela idéia avassaladora, obcecante, de matar a Inglaterra pelo isolamento, Bonaparte não admite que o misérrimo Portugal, depois de decretado o bloqueio, ainda tenha o atrevimento de conservar as suas amizades com a ilha. Eis porque, debruçado sobre o mapa, o lápis em punho, o corso retalha o reino dos Braganças em três pedaços. Acintoso, com a maior sem-cerimônia, distribuiu-os assim: o norte, que ele denomina a "Lusitânia Setentrional", destina galantemente a Maria Luísa de Bourbon e Parma, despojada agora do trono da Etrúria; o centro, o "Principado dos Algarves", oferece ao príncipe da Paz, o famoso espanhol Godoy; o sul, a "Lusitânia Meridional", toma-o singelamente para si. Destarte, juntamente com a Espanha, fica resolvido o destino da naçãozinha inútil. Está riscado Portugal da Europa. E logo, sem grandes motivos, começam as atitudes agressivas. Rompem-se as relações diplomáticas. O embaixador português, D. Lourenço de Lima, recebe de Talleyrand os seus passaportes. Essa notícia ecoa aterradoramente em Lisboa. D. João, num desnorteio, faz o Marquês de Marialva partir num atropelo para Paris. Leva o ilustríssimo fidalgo os mais rastejantes protestos de amizade. Leva para Bonaparte um baú de presentes opulentíssimos, grossos fios de pérolas, saquinhos atulhados de diamantes brasileiros. Leva ainda mais - oh pavor! - ordens de oferecer a mão do próprio D. Pedro, herdeiro do trono, a qualquer pessoa da família do Imperador. A filha de Luciano seria recebida com grande gosto. Ou então, se fosse do agrado de Napoleão, mesmo a filha dum general qualquer... Mas, o coche dourado de Marialva ainda não havia transposto as fronteiras, já as tropas de Junot rompiam uivantes pela península adentro. Vinham como um furacão. Ia tudo raso! O pobre D. João, no seu palácio, ouviu o estrépito ameaçador. Não houve mais que trepidar: embarcou espavorido para o Brasil. Esse embarque, essa fuga dum ridículo espantoso, a mudança de toda uma corte em vinte e quatro horas, foi incrível página de opereta. Foi página dolorosamente bufa. Oliveira Martins pintou-a com pinceladas de ouro.

* * *

O bergantim real, alcatifado de coxins de veludo., com o seu belo toldo de damasco franjado, atracou debaixo do mais quente ribombo de festa. O povo espremia-se no cais. Milhares de espectadores, com avidez mordente, o coração aos saltos, contemplavam, fascinados, a embarcação garrida. Tudo queria "ver o rei". O Conde dos Arcos, que então governava o Brasil, correu a abrir a portinhola: e do bergantim, muito ataviada de garridices, desceu lustrosamente a família real. Era D. João VI, em grande gala. Era D. Carlota Joaquina, com o seu fuzilante diadema de pedrarias. D. Pedro, o herdeiro do trono, príncipezinho de nove anos, muito vivo, os cabelos crespos e negros, saltou acompanhado de Frei Antônio de Arrábida, o preceptor. Seguia-o o irmão mais moço, o infante D. Miguel, todo de veludo, calças compridas, o gorro apresilhado por um fúlgido broche de pedras. As princesas vinham enfeitadas com primor. Muito lindas. Vestiam sedas dum azul pálido, enevoadas de arminhos, com grandes diamantes nas orelhas e altos trepa-moleques nos cabelos. Viera, também, galhardo e belo, um moço arrogante, muito simpático, olhos romanticamente verdes: era o Senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, infante da Espanha, sobrinho dos regentes.

No cais, fora armado um altar. D. João e D. Carlota, seguidos pelo príncipe e pelos infantes; ajoelharam-se diante dele. O chantre da Sé tomou da água benta e aspergiu ritualmente os reais hóspedes. Tomou do turíbulo de prata e incensou-os por três vezes.

D. João, com fervorosa compungência, caiu então por terra: beijou o Santo Lenho. A corte, prosternando-se, acompanhou-o no beijo tradicional. Depois, ao longo do cais, formou-se o séquito de honra. Lá ia a bandeira, lá ia a cruz, lá iam os nobres, lá ia o clero, lá ia a gente da terra. No meio das alas, carregado pelo Senado da Câmara, franjado de ouro, rutilando ao sol, um imenso pálio de seda: e, debaixo dele, com os seus atavios carnavalescamente vistosos, a deslumbrar a colônia toda a família real.

Nas ruas, recobertas de areia branca, esparzidas de flores e de folhagens profusíssimas, as casas enfaceiraram-se garridamente. Colchas de seda, tapeçarias e veludos, damascos de coloridos fortes, tudo palpitava, ria, baloiçava-se às portas e janelas, despencava-se festivamente das varandas. Papagueantes, agitando o lenço com entusiasmo, despejando braçadas de rosas, as donas enramilhetavam as sacadas, faiscavam de louçanias, punham no quadro cores estonteantes, todas com muita pluma, com muita renda, com muita seda, com muita pedraria de preço. E eram foguetes pelo ar, estampidos nas fortalezas, músicas reboantes, vivas, alegrias loucas, ensurdecedoras. O cotejo magnífico penetrou na Catedral. Começou o "Te-Deum"...

* * *

Nessa noite, houve grandes luminárias A casa dos Telles, em frente ao Paço, resplandescia, fascinante. Chispava de tanta luz, tinha tantos copinhos de vela, com tantas cores, que a própria D. Carlota Joaquina mandara felicitar os donos pelo gosto. E enquanto, sob júbilos barulhentos, o povo pasmava-se diante dos rojões de lágrimas que subiam ao céu, D. João VI, sentado no trono, com o seu faustoso manto de niza branca, dava no Brasil o seu primeiro beija-mão. O Rio de Janeiro, a cidadezinha colonial, a terra selvagem dos macacos, viu estadear-se nessa noite, com fausto espaventoso, a mais legítima aristocracia de Portugal. Que desfilar empavonado!

A corte atulhava garridamente os sabes toscos e nus daquele pobre Paço. Era a Senhora D. Mariana Xavier Botelho, Duquesa de S. Miguel, camareira-mor da rainha D. Maria, emproada e grave, com a sua riquíssima afogadeira de pérolas ao pescoço. Era a Marquesa de Luminares, primeira dama de D. Carlota Joaquina, muito broslada de rendas, toda a refulgir no seu bizarro vestido cor de açafão. Era a Duquesa de Cadaval, com os seus gorgorões pesados, os caracóis brancos do cabelo tombando-lhe versalhescamente pela nuca. A Marquesa de Belas, olheirosa e pálida, ainda atordoada dos cambaleios da nau, desolava-se com a desolada Condessa de Caparica, que deixara em Lisboa, no atropelo do embarque, o seu querido samovar de prata manuelina. Mas, não eram apenas as donas. Perpassavam refulgentes, o peito abrolhado de insígnias, os nomes mais retumbantes do reino. D. José Noronha Camões de Albuquerque, Marquês de Anjeja; D. Álvaro Antônio de Noronha e Castello Branco, Marquês das Terras Novas; o Marquês de Alegrete, o Conde de Cavaleiros, O Visconde de Anadia, José Rufino de Sousa Lobato, o guarda-jóias, o amigo íntimo de D. João. Toda uma turba de marechais, de desembargadores, de eclesiásticos, de moços da Câmara, de guarda-roupas, de damas do paço, de damas de honor...

* * *

No outro dia, com protocolos infindáveis, houve nova procissão no cais. A Corte inteira abalou-se para receber a rainha, que ficara a bordo. D. Maria I desceu da nau, espavorida, o olhar tonto, muito pálida. A doida contemplou estupidamente a turba. Um terror agonizante pintou-se-lhe no rosto. Quis fugir. Mas agarraram-na logo. Meteram-na dentro duma cadeirinha dourada. E quando, na cadeirinha, ouviu o baque da portinhola que se fechava, a louca prorrrompeu em berros, que faziam mal:

- Não me matem! Não me matem!

E recolheram-na ao Paço.

Durante nove dias, a cidadezinha encheu-se de festa. Durante nove noites a cidadezinha encheu-se de luminárias. Foi um estonteamento! D. João andava radiante. Uma alegria torrenciosa borbulhava-lhe no peito: livre, enfim, das garras de Napoleão Bonaparte! Uff!

E pôs-se tranqüilamente a comer os seus três franguinhos no almoço e os seus três franguinhos no jantar.

No Brasil, durante largo tempo, a vida de D. João correu sem arrepios. Tudo aqui lhe era propício: o clima, a pacatez, a água da Quinta, as laranjas da Bahia, a solidão. Apenas, na fazenda de Santa Cruz, um carrapato ferrou-lhe na perna. D. João arrancou-o bruscamente: o ferrão do animal ficou-lhe cravado na carne. Mordida feroz! O regente mancou durante vários meses... A não ser isso, a não ser o dente do bicho, nada viera quebrar a serenidade daquele viver. Tudo mar de rosas.

E D. João, inspirado pelos ministros, começou a engrandecer o país. Abriu os portos da Colônia ao mundo. Criou o desembargo do Paço. Organizou o Banco do Brasil. Fundou a Escola de Medicina. Fundou a Academia de Belas-Artes. Fundou a tipografia régia. Construiu uma fábrica de pólvora. Mandou explorar as minas de ferro do Ipanema. Fez o Jardim Botânico. Abriu a Biblioteca Nacional. Um infindar de benefícios!

A terra, com tais reformas, tomou um surto vertiginoso. Tamanho, tão forte, que os ministros levantaram logo a idéia de se elevar o Brasil a reino. D. João recebeu a medida com bom semblante. Formou-se em torno dela uma forte corrente de simpatias. Cogitou-se afoitamente em realizá-la. Mas D. Carlota Joaquina interveio. A espanhola detestava o Brasil. Aqui, era terra de negros, aqui, era terra de degradados, aqui, era o fim do mundo. Seria ridículo elevar a reino um país imundo como estes. E D. Carlota combateu rijamente o plano: estabeleceu-se na corte uma luta manhosa, uma luta na sombra, melindrosíssima.

Nesse instante, em Viena, reunia-se um congresso formidável. É em 1815. Enquanto Napoleão Bonaparte, sob o olhar implacável de Hudson Lowe, escreve as suas memórias em Santa Helena, os embaixadores das grandes potências discutem a paz da Europa. Talleyrand, a mais alta cabeça diplomática da época, defende os interesses da França. O estadista tremendo, para defendê-los, apoia-se habilmente nas pequenas nações que conseguiu seduzir e coligar em torno de sua política. Talleyrand nesse momento, tem os olhos do mundo fixados nele. O Conde da Barca, Ministro da Guerra, amigo particular do grande francês, escreve-lhe uma carta reservada, muito íntima, suplicando que intervenha no caso do Brasil. Pede que Talleyrand, não só trabalhe pela elevação do Brasil a Reino, como faça que esse ato seja reconhecido pelo Congresso de Viena. Dentro da carta, muito agradavelmente com uma gentileza irresistível, ia, ao que dizem, uma ordem de cem mil cruzados. Ia, naqueles belos tempos, a bagatela de quatrocentos contos fortes. Talleyrand recebe a carta, o pedido, o dinheiro. Uma súbita idéia irrompe naquele cérebro de gênio. Portugal, no Congresso, é considerado como nação de terceira ordem. E as nações de terceira ordem não têm voto nas deliberações. Nem sequer têm assento no recinto do Congresso: são apenas consultadas na antecâmara. O reino dos Braganças, por isso mesmo, não pode tutelar como deve os seus direitos. D. João pleiteia ardentemente a entrada no Congresso. Talleyrand por seu turno, precisa nas deliberações do voto da pequena nação amiga. E bate-se então, de corpo e alma, pelo reconhecimento de Portugal como grande potência. As nações opõem-se. Qual o meio de vencê-las? Diante da missiva secreta do Conde da Barca, Talleyrand ilumina-se. Está descoberta a fórmula. É executar o pedido do seu amigo. É elevar o Brasil a reino. É dar a estes imensos domínios o privilégio de nação. Portugal, dono de tão vasto reino, tornar-se-ia, forçosamente, potência de primeira ordem. Entraria no Congresso e teria voto nele. E o estadista põe-se a campo. Fala com os embaixadores portugueses, manda instruções ao Rio, dá ordens ao ministro francês, agita-se, insufla, escreve. D. João não vacila mais: reúne o conselho e expõe a matéria. Os ministros, sem discrepar, são todos pela grande medida. Então, esfregando as pontas dos dedos, rindo aquele risinho amarelo, muito dele, D. João resolve:

- Diante do que ouvistes, senhores ministros, vou elevar o Brasil a reino. Precisamos ter assento e voto no Congresso de Viena. E é esse, como vedes, o único alvitre para chegarmos até lá.

E elevou o Brasil a reino.

* * *

Talleyrand, ao ter ciência do ato, discutiu-o em Viena: Portugal, por consenso unânime, foi reconhecido como grande potência. Sentou-se no recinto do Congresso e teve voto nas deliberações. E assim, graças ao famoso francês, o Brasil deixou de ser colônia. Ficou reino: dera um passo formidável para a sua independência.

A BAILARINA DO TEATRO S. JOÃO

20 de março de 1816. O Rio de Janeiro amanheceu lúgubre. Tudo bruma e cinza. Bóia no ar uma plangência estranha. Bandeiras enroladas em fumo. Dorido tanger de sinos. Veludos negros tombando das varandas. Os coches carregados de crepes. No paço, onde há um borborinhante vaivém de gente, os cortesãos sobem e descem as escadarias, todos de preto, protocolarmente compungidos, num grande luto. Que houve? Um acontecimento grave: morreu D. Maria I, a louca, mãe de D. João VI.

Na Sala dos Despachos, transformada em câmara mortuária, repousa o cadáver da rainha. É uma velha de oitenta e dois anos. As mãos em cruz, muito longas e maceradas, um sorriso esvoaçante gelado na boca, a morte está paramentada de grande gala. Faísca-lhe ao peito a grã-cruz de S. Tiago. Traz a tiracolo a banda da Ordem de Cristo. Traz a banda encarnada de Aviz. Envolve-lhe o busto, com chocante suntuosidade, o manto real de veludo carmezim, forrado de seda branca, todo borrifado de estrelas de ouro.

O corpo ficara em exposição.

Espera-se, apenas, que D. João VI venha beijar-lhe as mãos para franquear a câmara ao público. D. Carlota Joaquina, essa, pela manhã, já viera com as filhas. A rainha D. Mana, em vida, detestara D. Carlota Joaquina. D. Carlota, por sua vez, detestara a rainha. Não se toleraram nunca. Nesse dia, por mera etiqueta, D. Carlota penetrou na câmara-ardente, beijou friamente a mão da morta, virou as costas saiu sem derramar lágrima. Encerrou-se, depois, nos seus apartamentos. E nunca mais tornou a penetrar na câmara. Nem sequer desceu para acompanhar o esquife até ao coche.

O pobre D. João VI, no entanto, desolara-se fundamente. Chorou como um menino, aos borbotões. Filho incomparável, afetuosíssimo, a perda da rainha lanhara-lhe o coração como uma espadeirada. E agora, naquele instante, Sua Majestade deve descer para a despedida.

São três horas da tarde. Os corredores estão coalhados de palacianos. Todos esperam o rei. Nisto, de luto fechado, os olhos muito vermelhos, cabelos em desordem, D. João aparece no salão mortuário. Vem acompanhado de D. Pedro e D. Miguel. O Conde de Parati e o Visconde de Magé, os seus validos, os dois amigos do coração, circundam-no funereamente. Ambos choram. Na câmara-ardente, de pé, os vestidos lantejoulados de vidrilhos negros, a Senhora Viscondessa do Real Agrado, que é camareira-mor, e D. Margarida Sofia de Castello Branco, que é dona da câmara, velam com fundos respeitos o corpo real. D. João entra. O Marquês de Anjeja, reposteiro-mor, retira o manto que cobre a defunta. E então, sinceramente ferido, as lágrimas a saltarem-lhe dos olhos aquele homem gordo, bochechudo, abraça desvairadamente o cadáver da mãe. Beija-o. Beija-o longas vezes. Beija-o repetidamente, aos soluços, acabrunhado, num grande desespero comovido. O príncipe e o infante debruçam-se também sobre o caixão: e ambos, com um ósculo demorado, despedem-se da avó. É tocante. Mas, o Senhor Marquês de Aguiar, D. Fernando José de Portugal e Castro, ministro das três pastas, suplica ao rei que se recolha. Os validos também suplicam-lhe que se poupe a tanta dor. D. João, que chora sempre, deixa a câmara mortuária. Retira-se para os seus aposentos.

Uma angústia cruciante rasga-lhe a alma: é a única dor sincera, a única chaga viva que abriu a morte da louca.

* * *

Oito horas da noite. Trancado no seu quarto, muito inquieto, o príncipe D. Pedro passeia agitadamente. Tudo aquilo, aqueles lutos, aqueles cortesões fúnebres, aqueles coches recobertos de crepe, revira-lhe azedamente os nervos. De vez em quando, enfiando o olhar pela janela, Sua Alteza vê os altos dignitários chegarem para o beija-mão. É o Cardeal Capelli, núncio apostólico, com as suas sedas escarlates; é Lorde Strangford, o ministro inglês, de casaca negra, luvas, cartola felpuda de palmo e meio; é o Conde de Cavaleiros, mordomo-mor, com o seu largo fitão a tiracolo e a Ordem de Cristo vermelhejando na lapela; é o...

E D. Pedro, aquele belo príncipe de dezessete anos, moreno, olhos muito negros e muito românticos, aquele moço garboso, aquele moço doidivanas e estúrdio, que enche a corte com os seus estouvamentos, D. Pedro é talvez o único, na hora fúnebre, que não se interessa por aquelas pompas, por aqueles crepes, aqueles lutos. O seu espirito está longe dali. A sua ânsia é outra. Punge-lhe um desejo estranho. Ferreteia-lhe uma vontade louca de voar, de deixar o Paço, de fugir àquelas tristezas, de correr para um ninho amado... Para um ninho que o espera com carícias entontecedoras. E D. Pedro, dentro dos seus aposentos, numa irascibilidade mórbida, anda, fuma, agita-se. Goteja-lhe no cérebro um pensamento só. É uma idéia fixa, enrodilhante. No desvario duma paixão furiosa, paixão de adolescente, D. Pedro não pensa noutra coisa senão no seu amor. Não aspira outra coisa a não ser o saciar aquela tortura faminta de amar e ser amado. E sozinho, naquela noite lúgubre, o príncipe sonha com ela... E arde por ela... Ela por toda parte! De repente, num assomo, D. Pedro bate palmas. O criado ergue o reposteiro. É Plácido Pereira de Abreu: É o antigo barbeiro do Paço. É a pessoa que o príncipe mais estima na corte. E D. Pedro, ao vê-lo, ordena-lhe em voz baixa:

- A minha capa negra e o meu sombreiro de abas largas.

Plácido sorri. E o príncipe:

- Você já sabe aonde vou, não sabe?

- Sei! Vossa Alteza vai para o largo do Rocio.

- Vou! Não posso mais. Aquela mulher é a minha paixão...

Mas, é bom que Vossa Alteza se acautele, tornou o criado; é bom não sair pela frente do Paço. Há muito coche, muito escudeiro, muita gente graúda que vem chegando. Vossa Alteza pode topar com muito mexeriqueiro. É mais prudente que Vossa Alteza saia pelo alçapão.

- Você tem razão, Plácido. Traga-me a capa e abra o alçapão. Plácido trouxe a capa. D. Pedro enrodilhou-se profundamente nela. Enfiou o chapéu de abas largas, enterrou-o na cabeça, quebrou-o nos olhos. O criado, depois de vestir o amo, recuou uma pequena mesa que havia no meio do aposento. Ergueu o tapete. Depois, com jeito, levantou um alçapão disfarçado no soalho. D. Pedro meteu-se por ele. Pulou no andar térreo. Era exatamente a "Sala dos Pássaros". Dai, abrindo as portas do fundo, D. Pedro precipitou-se na rua. (1)

De preto, enrodilhado - na capa negra, o vasto chapéu mergulhado até às orelhas, o vulto misterioso esgueirou-se pelos becos escuros do velho Rio. Um ou outro lampião de azeite. Escuridão espessa na cidadezinha suja. De vez em quando, passava um capoeira assobiando. Tudo mais silêncio. O príncipe alcançou o largo do Rocio. Estacou diante dum sobrado. Bateu à porta. Uma luz súbita jorrou lá dentro. E logo, na sacada, uma voz sonora, muito orvalhada, gritou do alto:

- "Qui est-lá?"

E o príncipe, cá em baixo, com um sussurro:

- Sou eu! Abra...

Instantes depois, no sobrado do Rocio, D. Pedro, arremessando a capa, atirava-se perdidamente nos braços duma linda moça. A rapariga, fina e leve, ria-se daquela maluquice em noite tão fúnebre...

Era a Noemi. Era a famosa bailarina do Teatro S. João.

Foi numa noite de gala, aniversário do príncipe regente, que D. Pedro viu no palco, pela primeira vez, a bailarina entontecedora. Era uma francesinha de matar. Uma boneca de luxo, toda pluma frágil como um bibelô. E tão loira! E tão fresca E dona duns olhos tão grandes, tão liricamente azuis! D. Pedro era um príncipe impetuoso. Tinha dezessete anos, o coração sôfrego. A bailarina, a criatura pequenina e doce, fascinou-o doidamente. D. Pedro atirou-se às tontas na aventura. Noemi foi o seu primeiro amor. Foi a loucura da sua adolescência. O moço Bragança desatinou-se. Fez tudo o que podia fazer, aos dezessete anos, um príncipe de sangue, herdeiro do trono, desbragado e estróina. Viveu com a rapariga uma vida de romance, boêmia, ensartado de noitadas febrêntas, com serenatas de violão e de lundus. Cobriu-a de sedas. Recamou-a de pérolas. Lantejoulou-a de pedrarias magníficas. Foi um estonteamento! A aventura custou-lhe uma fortuna.

Um dia, porém, o Plácido veio despertá-lo bruscamente daquela embriaguez de amor. O criado falou com severidade:

- É preciso liquidar as dividas, príncipe! Vossa Alteza está encalacrado. A casa Phillips anda reclamando o pagamento... A coisa já vai longe!

D. Pedro, com indiferença:

- Quanto é que eu estou devendo, Plácido?

- É fácil dizer, Alteza.

Sacou um caderninho do bolso e começou a fazer as contas:

- Casa Phillips... joalheiro do Paço... ourives da Rua do Piolho... modista da Rua do Ouvidor... modista da Ajuda... perfumista... florista... luveiro... dinheiro fornecido... Tudo somado, como Vossa Alteza vê, faz onze contos novecentos e oitenta. Digamos doze contos.

- Doze contos?

E, D. Pedro, estupefocado, deu um salto da cadeira:

- Doze contos?

- Doze contos! E é preciso pagar. Os fornecedores vivem atrás de mim. Eu sempre a adiar...

- Diabo, exclamou o moço num esbraseamento, pondo ás mãos na cabeça; diabo! Onde vou eu achar tanto dinheiro?

D. Pedro recebia um conto de réis por mês. Aquela bagatela mal dava para a tença dos seus moços da câmara, para pagar os seus criados, fazer as suas esmolas, comprar os seus cavalos. Mas, D. João era sovina. Um unhas-de-fome. Não havia meio de sair do conto de réis. Por isso, diante da divida, diante daqueles doze contos de réis, o príncipe desnortear-se. Não sabia como desentalar-se. O Plácido começou a sugerir planos:

- Vossa Alteza procure o Targini, tesoureiro de el-Rei, conte o que sucedeu, peça o dinheiro.

- Está maluco, Plácido? O Targini faz um barulho de cair o céu! Arrebenta o escândalo por aí. Meu pai enlouquece...

- Neste caso, antes de falar ao Targini, Vossa Alteza fale com um valido do Senhor D. João. O Visconde de Magé ou o Conde de Parati. Vossa Alteza expõe o que há, pinta claramente o aperto, pede aos validos que convençam D. João a fornecer o dinheiro.

D. Pedro detestava os validos do pai. Nunca lhes dirigia a palavra. Achava-os muito tolos e muito carolas. Dava-lhes a mão a beijar secamente. Nunca teve um sorriso para eles. Eis porque, sem vacilar, exclamou com vivacidade:

- Deus que me guarde! Eu prefiro morrer a pedir um favor àqueles beatões. Aquilo é gente ruim. Uns pestes! Vamos bater noutra porta...

E começaram ambos, o amo e o criado, a engendrar um meio de pagar as dividas. O Plácido lembrou timidamente:

- O *Pilotinho*, se Vossa Alteza quisesse, emprestaria o dinheiro...

- O *Pilotinho*?

- Sim, o *Pilotinho*. Eu vou sempre molhar a goela, na bodega do homem; e o homem, cada vez, não se esquece de me dizer: "oh! Plácido, vê se arranjas um jeitinho de eu me encaixar nas boas graças do Paço. Tu és tão amigo lá do Príncipe..." Ora, como Vossa Alteza sabe, o *Pilotinho* é rico. Uma palavra de Vossa Alteza - zás - estão aqui os doze contos de réis...

D. Pedro era um estróina. Um dodivanas completo. Não refletiu um instante no disparate daquele alvitre. Pedir emprestado dinheiro ao *Pilotinho* era para D. Pedro tão natural como pedir emprestado a D. João VI. E o príncipe agarrou-se à idéia:

- Bravos! Não há que discutir. Corra a casa do *Pilotinho* e traga-me aqui o homem com os doze contos.

O Plácido saiu.

Joaquim Antônio Alves, o *Pilotinho*, era um pé-de-chumbo rico, bodegueiro na rua dos Barbonos. O dinheiro dera-lhe prestígio. E o homem andava faminto por doirar aquele prestígio com amizades vistosas, que o honrassem. O Plácido contou-lhe o que havia. Transmitiu-lhe o pedido do príncipe. O bodegueiro abriu dois olhos fuzilantes! Correu para dentro, vasculhou uma empoeiradíssima arca, empacotou um monte de notas, veio num aturdimento para o Paço. O Príncipe, ao vê-lo entrar, recebeu-o com bulhento alvoroço. Pegou no dinheiro, fechou-o no contador, virou-se esfuziante para o pé-de-chumbo:

- Você é amigo, *Pilotinho*! Você é um grande amigo! Tome lá...

E abraçou-o. Abraçou-o com uma larga ternura comovida. O *Pilotinho*, o tosco bodegueiro, para receber do herdeiro do trono um abraço assim tão quente, tão apertado, não emprestaria apenas aqueles misérrimos doze contos: daria ao príncipe toda a sua fortuna...

II

A aclamação de D. João VI foi um deslumbramento. A mais soberba festa que a Colônia vira até então. Aquele rei burguês, aquele homem bonacheirão e gordo, empenhara-se com alma, rasgadamente, para que seu grande dia tivesse um brilho único, estonteante. Não houve poupança. Targini, o tesoureiro de el-Rei, abriu os cofres atulhados de barras de ouro e foi um gastar profuso, um enfeitar, um cobrir de luxos desmedidos aquele pobre Rio de 1816.

São três horas da tarde. A *Varanda Real* cintila. É um pavilhão imenso, suntuosíssimo,

que João da Silva Muniz, arquiteto do Paço, sob o olhar vigilante do Barão do Rio Seco, construía exclusivamente para o ato supremo. Faiscam dentro dele atavios régios. Toda a aristocracia da corte, a mais alta, a de sangue mais limpo, borborinha por entre os capitéis dourados. Nas tribunas, de onde jorra uma crua faiscação de jóias, papagueiam risonhamente as damas, os decotes branquejando entre rendas e gazes, os altos trepamoleques de ouro cravados nos cabelos em coque. Lá está na tribuna de honra, que é de seda rosa, toda broslada de arminhos, a Senhora D. Carlota Joaquina, muito empoada, pêlos ruivos na cara áspera, sentada triunfalmente entre as quatro princesinhas.

De repente, pelo ar festivo, rompem as charamelas. A corte inteira, ao toque eletrizante, ergue-se com ânsia. Os olhares todos cravam-se ávidos na entrada. O Porteiro Real escancara as portas. E o cortejo magnífico surge. Que belo! À frente, com as grossas maçãs de prata ao ombro, vêm os Porteiros da Cana. Depois, o Rei-d'Armas, com o seu vistoso capacete empenachado. Seguem-se os dois Arautos, com as longas trompas de ouro. Finalmente os Passavantes cobertos de ferro, as couraças de escamas refulgindo. O Alferes-Mor empunha a Bandeira Real enrolada na haste. E o séquito passa. São os Moços da Câmara, são os Moços Fidalgos, são os Grandes do Reino, são os Bispos, é Tomás Antônio Vila nova Portugal, Monistro e Secretário de Estado.

Enfim, o Rei.

Sua Majestade tem à direita o Príncipe D. Pedro, herdeiro do trono, descoberto, um largo fitão a tira-colo. À esquerda, servindo de condestável, o Infante D. Miguel trazendo na mão um estoque desembainhado. E D. João VI entra. A Varanda Real freme, sacudida. Lá fora, uivando, O povo delira. E é uma atroada louca, ribombos de canhão, morteiros, sinos bimbalhantes, charangas enchendo os ares de marchas estrepitosas. O Rei está soberbo. É a primeira vez que os vassallos o vêem com todas as galas da realeza. Faiscam-lhe ao peito as insígnias de suas ordens. Pende-lhe do pescoço o colar do Tosão de Ouro. Tomba-lhe dos ombros, com a mais grandiosa magnificência, o manto real. É riquíssimo, de veludo carmezim, bordado a fios de ouro, semeado de castelos e quilhas, apresilhado por dois imensos broches de diamantes que fuzilam, fulgurantísimos. O Conde de Parati, no ofício de camareiro-mor, carrega a cauda do manto. Sua Majestade avança rutilando até a um alto estrado. Ai, sob largo dossel de damasco, está armado o trono real.

O Marquês de Castelo Melhor, reposteiro-mor, retira o damasco que o cobre. O Conde de Parati entrega a Sua Majestade o cetro. D. João senta-se. Os cortesãos, de acordo com seus cargos, espraíam-se pela Varanda. Ao lado do trono, atendendo o Rei, ficam o Marquês de Torres Novas e D. Nuno José de Sousa Manuel, gentis-homens honorários. Em frente, hirto e solene, o Ministro do Reino. Depois, o Marquês de Anjeja, que serve de mordomo-mor. Vêm após os seis Bispos. Depois, os Grandes do Reino. Depois, os Titulares. Depois, o Senado da Câmara. Depois, a Mesa do Desembargo do Paço. Depois, a Casa da Suplicação. Depois...

Há um instante de silêncio. O Ministro de Estado faz um sinal ao Rei-d'Armas. O Rei-d'Armas avança até ao meio do Salão. Curva-se diante de Luís José de Carvalho e Melo, ilustríssimo Desembargador do Paço. O Desembargador levanta-se, atravessa a Varanda, posta-se em frente ao Monarca. O Rei-d'Armas brada com retumbância:

- Ouvide! Ouvide! Ouvide! Estai atentos...

E Carvalho de Meio, diante do trono, sob um silêncio grave, declama a fala do protocolo. É rápida. Meia dúzia de frases rituais. E logo, terminada a arenga, o Marquês de Castelo Melhor coloca diante de Sua Majestade uma pequena mesa recoberta de veludo verde. É a hora do "Juramento Real". Momento supremo. D. José Caetano, o Bispo-Capelão, recebe do mestre de cerimônias o missal e o crucifixo. Deposita-os sobre a mesa.

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

